

Rodoferroviária condenada

Nem exaustor funcionando direto adianta mais, admite Departamento de Fiscalização e Saúde do DF

Foto: Josemar Gonçalves

120
Ana Leyla

Nem mesmo com os exaustores da plataforma de embarque e desembarque funcionando permanentemente — conforme recomendação de técnicos da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, do Ministério do Trabalho, à administração da estação rodoferroviária — a poluição do ar deixa de afetar a saúde de quem ali trabalha. Também não adianta desligar os ônibus e só colocá-los em funcionamento na hora da partida, pois neste momento todos os gases expelidos são inevitavelmente aspirados pelos circunstantes.

Quem faz todas essas considerações é o diretor do Departamento de Fiscalização de Saúde da Secretaria de Saúde, Waldir Barnabé da Silva, segundo quem, "se não houver um estudo, por parte do governo, para retirar os gases de uma maneira mais efetiva, a situação só tende a se agravar".

A seriedade da situação na estação rodoferroviária não se restringe, por outro lado, apenas à população, mas envolve também a questão do ruído e vibrações provocados pelos exaustores quando em funcionamento. "É preciso que os prejuizos decorrentes não só das vibrações de alta frequência, mas também das vibrações de baixa frequência que fogem ao controle de nossa percepção natural, sejam corretamente avaliados", frisa um integrante do grupo que está estudando a questão do meio ambiente no DF, Glauco Alves Lacerda.

O coordenador de Planejamento da Secretaria do Governo, Silvano Bonfim, não tem a menor dúvida de que "este é um problema típico para ser examinado pelo Conselho de Proteção do Meio Ambiente, a ser criado brevemente. Considerando, no entanto, a natureza da matéria e o compromisso do governador José Ornellas com a cidade, acredito que a colocação pública do problema por quem está sofrendo com ele, pode inclusive determinar providências bem mais imediatas".

Embora não saiba ainda precisar que tipo de solução poderia ser encontrada para acabar com a poluição no terminal rodoferroviário — na concepção original de Oscar Niemeyer projetada para ser a estação ferroviária da cidade, mas adaptada e transformada em estação rodoferroviária durante a gestão do ex-governador Aimé Lamaison —, Silvano Bonfim lembra a necessidade de estudos técnicos para se chegar a alguma coisa. "Será que a instalação de mais exaustores evitaria o prejuízo da ingestão do monóxido de carbono expelido pelos veículos?", pergunta ele, frisando que o importante não é dizer agora como fazer, mas sim avançar no exame da questão.

"A questão também deve ser solucionada a nível de Conselho de Proteção Ambiental, porque os próprios organismos envolvidos poderão pedir que aquilo acabe", diz ele. Com isso, talvez, o coordenador do Sistema de Planejamento da Secretaria do Governo queira dizer que o que deve acabar é o próprio funcionamento misto na estação construída com objetivo diverso. Mas se ele não chega a afirmar isso, para Waldir Barnabé não há como discutir que "aquilo é adaptação e como tal não pode funcionar como deveria".

Responsável pela fiscalização das condições higiênicas e sanitárias de logradouros públicos, o Departamento de Fiscalização de Saúde da Secretaria de Saúde não tem, contudo, como interferir na estação rodoferroviária. "Nada podemos fazer a não ser condenar o que já está condenado", diz ele, lembrando a "dona" da rodoferroviária é a Secretaria de Serviços Públicos, à qual deve estar afeto o controle ambiental em locais onde haja significativo escapamento de gases provocado por veículos.

A poluição do ar decorrente do escapamento de gás de veículos não é "privilegio" apenas da rodoferroviária — também no estacionamento subterrâneo do Conjunto Nacional, onde o movimento de automóveis e caminhões de descarga é intenso, ou no Edifício Rádio Center, o problema é o mesmo, lembra Waldir Barnabé. A única diferença está no número de pessoas que são expostas a ele, nestes diversos locais.